

1. Contabilidade

1.1. Contabilidade Geral

“A contabilidade é um sistema de informação cuja função principal consiste em assegurar a colecta e o tratamento de informação de base, com o objectivo de fornecer, utilizando uma linguagem universal informação agregada, sincera e fiel do funcionamento da empresa.

Dentro da empresa a contabilidade tem numerosas funções. Além da dimensão jurídica e fiscal que faz da contabilidade um sistema obrigatório e normalizado, ela é igualmente um meio de informação e de protecção de terceiros, um meio de previsão e um instrumento de gestão” (MELYON, Gérard; NOGUERA, Remédios, 2004, Página 54).

Pode ser considerado normal que um autor, como o anterior, da área financeira, atribua tamanha importância à contabilidade. Mas, conhecidos que são os conflitos internos existentes em muitas empresas, entre a área comercial e a área financeira, torna-se surpreendente que, aquele que é considerado talvez como o maior guru do marketing, também o admita.

“Os executivos de marketing modernos dependem de um fluxo contínuo e profundo de informações, a fim de tomarem decisões.

O sistema de informações mais antigo e básico utilizado pelo executivo de marketing é o sistema de contabilidade interna. Por intermédio dessas informações, os executivos podem encontrar oportunidades e problemas e podem comparar os níveis de desempenho reais e previstos” (KOTLER, 1987, Página 486 e 487).

Quando a contabilidade era uma tarefa manual, levava-se muito tempo até se atingirem os mapas que podiam fornecer informação para a gestão. Hoje, “a informática ao automatizar certas operações, suprimiu algumas tarefas ingratas, bem como o tempo dispendido na sua realização, reduzindo o tempo necessário para se chegar à informação indispensável à tomada das decisões de gestão. O tratamento informático da contabilidade permite pôr à disposição dos gestores das empresas, informações actuais, de maneira permanente, que facilitam a tomada de decisão e permitem reagir rapidamente em caso de dificuldade” (MELYON, Gérard; NOGUERA, Remédios, 2004, Página 103).

Nesta dissertação vamos abordar o tema da contabilidade geral, vamos começar por abordar os princípios contabilísticos. Seguidamente iremos ver o que é o activo, passivo, custos e proveitos, o que são débitos, créditos, contas, subcontas, saldos, o diário, o razão e o balancete.

1.1.1. Princípios Contabilísticos

Comecemos por analisar os diversos princípios que servem de base à contabilidade.

“O Princípio da Continuidade considera que a empresa opera continuamente no futuro previsível ou seja a empresa terá duração ilimitada. Por outras palavras, assume-se que a empresa não tem nem a intenção nem a necessidade de entrar em liquidação ou de reduzir de forma materialmente relevante o volume das suas operações.

O Princípio da Consistência pressupõe que as políticas contabilísticas não são alteradas ao longo dos vários exercícios de onde resulta a possibilidade de se efectuarem comparações.

O Princípio do Acréscimo é a trave mestra de toda a estrutura contabilística uma vez que considera que os proveitos e os custos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos e são apresentados nas demonstrações financeiras dos exercícios a que respeitam.

O Princípio da Prudência, que o POC denomina de conservantismo, considera que, sendo numerosas operações rodeadas de incerteza, a contabilidade deve registar todas as perdas de valor e não atender aos ganhos potenciais. De notar que não é aceitável toda e qualquer excessiva prudência que conduza à existência de reservas ocultas.

O Princípio da substância sobre a forma determina que aquando do registo ou mensuração de qualquer operação ou acontecimento a sua substância e realidade económico-financeira deve prevalecer em relação à sua forma legal.

O Princípio da Materialidade estabelece que as avaliações e decisões relativas às demonstrações financeiras devem basear-se na relevância do seu significado.

O Princípio da Não Compensação de Saldos considera que não é apropriado compensar saldos de contas activas com contas passivas no Balanço e de contas de custos e perdas com contas de proveitos e ganhos na demonstração de resultados líquidos.

O Princípio da Correspondência de Balanços Consecutivos determina que os saldos do balanço de abertura de cada exercício devem corresponder aos saldos do balanço de encerramento do exercício anterior.

O Princípio do Custo Histórico determina que os registos contabilísticos se efectuem com base numa realidade objectiva em contraste com valores aleatórios ou subjectivos.

O Princípio da Recuperação do Custo das Existências estabelece que as existências finais não devem ser apresentadas no Balanço por um valor tal que não possa ser recuperado através da sua venda ou consumo.

O Princípio da Entidade estipula que os activos, passivos e as operações de cada entidade ou empresa devem ser segregados dos de qualquer outra ou dos seus proprietários.

O Princípio do Balanceamento determina que os proveitos e os ganhos devem ser balanceados com os custos e as perdas de forma a se determinar o resultado líquido de cada exercício.

O Princípio da Divulgação Total estabelece que as demonstrações financeiras devem conter uma divulgação adequada de todos os dados pertinentes para uma apresentação verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados das operações.

O Princípio do Ciclo Operacional determina que quando o ciclo da actividade empresarial é inferior a um ano ou não existe, a base para a segregação dos activos correntes deve corresponder a um ano; caso contrário, tal base deve coincidir com o ciclo operacional.

O Princípio da Objectividade estabelece que a informação contabilístico-financeira não deve ser registada ou relatada de acordo com os desejos de quaisquer utentes específicos mas sim deve ser objectivamente apresentada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites, e preparada para as necessidades comuns de todos os utentes.

O Princípio da Inclusividade Total considera que todos os itens que afectem a situação líquida, excepto dividendos e alterações de capital, devem ser incluídos na determinação do resultado líquido de cada exercício” (COSTA, Carlos Baptista da,1989, Página 41).

Analizados os princípios contabilísticos, vamos agora analisar as componentes do balanço.

1.1.2. Activo, Passivo e Situação Líquida

1.1.2.1. Activo

Duma forma muito simplista, podemos afirmar que o activo é tudo o que a empresa tem. Mas vamos aprofundar um pouco esta questão, e analisar alguns conceitos que alguns autores propõem sobre o activo.

Activo “é o montante de valores utilizados pela empresa no desempenho da sua actividade” (BORGES, António ; RODRIGUES, Azevedo ; RODRIGUES, Rogério, 2000, Página 31).

“Activo é o dinheiro em caixa ou nos bancos de que dispõe a empresa, o montante dos seus créditos sobre terceiros, existências de toda a natureza e o imobilizado” (PEREIRA, Carlos Alberto Caiano ; FRANCO, Victor Domingos Seabra, 1989, Página 10).

“Activo é onde se registam os bens e os créditos da empresa terceiros. É habitual agrupar as contas do activo em cinco grandes grupos, meios monetários ou disponibilidades, terceiros, existências, imobilizações e regularizações. As contas do activo são apresentadas por ordem em função do grau de liquidez dos elementos patrimoniais nelas classificados. Grau de liquidez significa a facilidade de conversão desse bem em dinheiro” (SOUSA, António de, 1998, Página 60).

“O activo compreende os bens e os direitos da organização.

Os bens compreendem o equipamento, as existências (mercadorias, matérias primas, etc.) e o dinheiro.

Os direitos dizem respeito ao conjunto de obrigações que terceiros têm para com a empresa, por exemplo, as dívidas de clientes, os créditos sobre o estado, os empréstimos a terceiros, as dívidas de accionistas à empresa, etc.

O activo encontra-se dividido em três grupos:

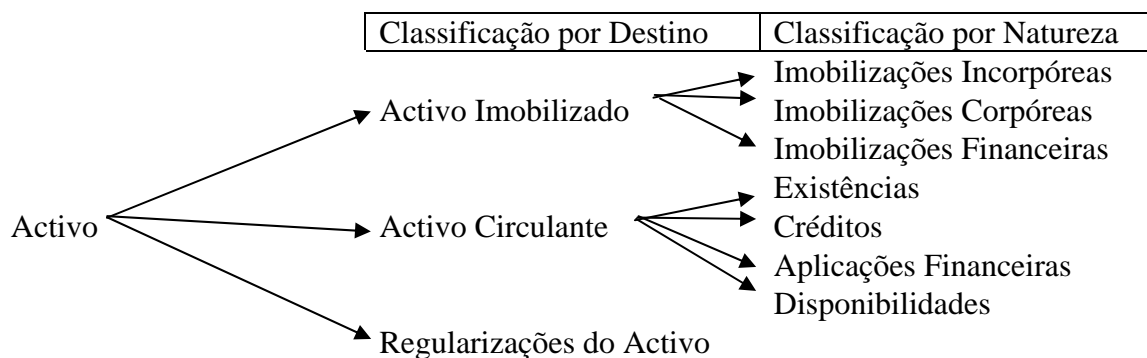
1) Activo Imobilizado - dentro do activo imobilizado, os bens classificam-se segundo a sua natureza em:

- Imobilizado Corpóreo: terrenos edifícios, maquinaria, instalações, mobiliário, etc.
- Imobilizado Incorpóreo: patentes e direitos de trespasse, projectos, etc.
- Investimentos Financeiros: participações e empréstimos realizados pela empresa a outras entidades.

2) Activo Circulante - o activo circulante é constituído por três rubricas:

- Existências: mercadorias, matérias-primas, produtos, etc.
- Dividas de terceiros: dívidas de clientes, dividas ao estado, outros devedores, etc.
- Disponibilidades: depósitos bancários, aplicações financeiras de curto prazo, valores em caixa, etc.

3) Acréscimos e deferimentos - constituído por um grupo de contas que têm por objectivo concretizar o principio da especialização dos exercícios. Isto é, permitir o registo de custos e proveitos nos exercícios a que respeitam.” (COSTA, Horácio; RIBEIRO, Pedro Correia, 1998, Página 119 a 121)



(COLLETTE, Christine; RICHARD, Jacques, 2002, Página 547)

1.1.2.2. Passivo

Duma forma muito simplista podemos afirmar que o passivo são as dívidas da empresa, mas vamos observar o que diferentes autores afirmam sobre o passivo.

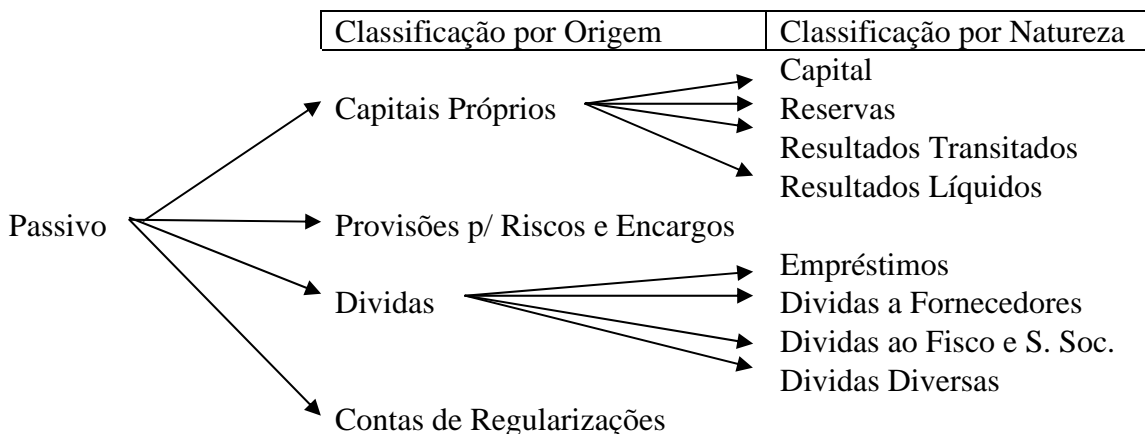
Passivo “é o conjunto de valores utilizados pela empresa mas que não são de sua pertença” (BORGES, António ; RODRIGUES, Azevedo ; RODRIGUES, Rogério, 2000, Página 31).

“O passivo diz respeito às dívidas da empresa para com terceiros, estes podem ser fornecedores, entidades bancárias, estado e outros entes públicos ou outros credores” (COSTA, Horácio; RIBEIRO, Pedro Correia, 1998, Página 121)

“O passivo é onde se registam as obrigações, isto é, as dívidas ou responsabilidades assumidas pela empresa face a terceiros. As contas do passivo mais importantes são, fornecedores, sócios ou accionistas, empréstimos, estado e outros entes públicos e provisões.

No caso das contas do passivo, a sua apresentação nos documentos contabilísticos segue em Portugal, uma regra, que é a da exigibilidade. Por exigibilidade entende-se o período que medeia até que a empresa seja obrigada a pagar a dívida em questão” (SOUSA, António de, 1998, Página 66 e 67)

De seguida podemos observar um esquema retirado de um livro francês, que demonstra as subdivisões do passivo classificadas por origem e por natureza. Curiosamente em Portugal não incluímos os capitais próprios no passivo.



(COLLETTE, Christine; RICHARD, Jacques, 2002, Página 548)

1.1.2.3. Situação Líquida

Começemos por analisar o que dizem alguns autores sobre a situação líquida.

A situação líquida “representa o montante de recursos postos à disposição da empresa pelos seus proprietários” (BORGES, António ; RODRIGUES, Azevedo ; RODRIGUES, Rogério, 2000, Página 31).

Relativamente à situação líquida, “estas contas representam, em termos abstractos, o valor do património líquido da empresa. Em termos aritméticos, resulta da diferença entre o somatório dos valores das contas do activo e o somatório dos valores das contas do passivo” (SOUSA, António de, 1998, Página 68).

O autor que se segue apresenta a situação líquida como um grupo subdivisível.

Capitais próprios ou situação líquida é um grupo patrimonial, com as seguintes divisões:

- Capital Social - corresponde ao capital disponibilizado pelos sócios da nova empresa, tanto na fase da sua constituição como em aumentos posteriores.
- Reservas - são os lucros retidos na empresa por qualquer das seguintes razões: legais, estatutárias ou por vontade deliberada dos sócios. Representam, portanto um auto financiamento e não existem na fase inicial da vida da empresa.

- Resultados - constitui o resultado obtido em cada exercício de actividade da empresa. Existem os resultados líquidos do exercício e os resultados transitados. Os primeiros correspondem ao resultado do exercício depois de pagos os impostos correspondentes. Os segundos correspondem a resultados de exercícios anteriores” (COSTA, Horácio; RIBEIRO, Pedro Correia, 1998, Página 122).

1.1.2.4. Equação fundamental da contabilidade

A utilização do método das partidas dobradas, inevitavelmente leva-nos a uma constatação óbvia. O total dos valores lançados a débito é igual ao total dos valores lançados a crédito. Desta forma chegamos à equação fundamental da contabilidade:

“Activo = Passivo + Situação Líquida”

(BORGES, António ; RODRIGUES, Azevedo ; RODRIGUES, Rogério, 2000, Página 31)

1.1.3. Custos, Proveitos e Resultados

1.1.3.1. Custos

Começemos por ver o que são os custos, e a que é que correspondem, “os custos correspondem aos fundos dispendidos em bens e serviços consumidos pela empresa para obter os proveitos do exercício contabilístico, bem como os fundos dispendidos pela empresa com as suas obrigações legais” (FRIÉDÉRICH, Micheline; LANGLOIS, Georges, 2005, Página 85).

Os custos contribuem para o cálculo do resultado do exercício, assim sendo, “as contas de custos são transitórias, ou seja, vão sendo utilizadas para acumular, de acordo com uma dada classificação, os custos de determinado tipo durante um certo período. No final desse período são saldadas a fim de se apurar o resultado do exercício. As contas de custos são classificadas em função daquilo que as originou, portanto são classificadas por natureza” (SOUZA, António De, 1998, Página 69 e 70).

Se quisermos ser mais objectivos na nossa descrição dos custos, temos que analisar a legislação. Na legislação estão previstos os diferentes tipos de custos aceites.

“Artigo 23º do CIRC

Consideram-se custos ou perdas os que comprovadamente forem indispensáveis para a realização dos proveitos ou ganhos sujeitos a imposto ou para a manutenção da fonte produtora, nomeadamente os seguintes:

- a) Encargos relativos à produção ou aquisição de quaisquer bens ou serviços, tais como matérias utilizadas, mão de obra, energia e outros gastos gerais de fabricação, conservação e reparação;
- b) Encargos de distribuição e venda, abrangendo os de transporte publicidade e colocação de mercadorias;
- c) Encargos de natureza financeira, como juros de capitais alheios aplicados na exploração, descontos, ágios, transferências, diferenças de câmbio, gastos com operações de crédito, cobrança de dívidas e emissão de acções, obrigações e outros títulos e prémios de reembolso;
- d) Encargos de natureza administrativa, tais como remunerações, ajudas de custo, pensões ou complementos de reforma, material de consumo corrente, transportes e comunicações, rendas, contencioso e seguros, incluindo os de vida e operações do ramo vida, contribuições para fundos de poupança reforma, contribuições para fundos de pensões e para quaisquer regimes complementares da segurança social;
- e) Encargos com análises, racionalização, investigação e consulta;
- f) Encargos fiscais e parafiscais;
- g) Reintegrações e amortizações;
- h) Provisões
- i) Menos valias realizadas;
- j) Indemnizações resultantes de eventos cujo risco não seja segurável.

(RODRIGUES, José Alves, 2004, Página 327)

Embora a revolução do 25 de Abril já tenha sido em 1974, em Portugal existem por vezes alguns sectores onde ainda existem resquícios do estado novo. Em alguns sectores, parece que as pessoas por vezes têm medo de criticar o sistema. A contabilidade talvez seja um desses sectores, talvez as pessoas tenham medo de ao criticar algo, que sentem ter as suas lacunas, receber represálias por parte das finanças. Quando surgem as críticas, são feitas sempre de um modo muito suave, tão suave que quase passam despercebidas. A seguir temos um exemplo daquilo que acabámos de afirmar.

“No plano oficial de contabilidade os custos suportados são contabilizados na classe 6 - Custos e perdas. Ao contrário do que se poderia supor, a denominação não visa agrupá-los tendo em atenção as funções da empresa - administrativa, comercial, industrial, etc. nem os respectivos lugares ou centros de custos - explorações, departamentos, secções, etc. mas antes e apenas agrupá-los pela sua idêntica natureza.

Este ponto não é muito claro no POC e tem mesmo levantado algumas duvidas” (BORGES, António ; RODRIGUES, Azevedo ; RODRIGUES, Rogério, 2000, Página 622)

Fica-nos a duvida se estes autores não estão de uma forma muito suave, sem querer levantar ondas, sem quererem ser polémicos, a criticar o sistema actual em que os custos são tratados por natureza, e simultaneamente a propor que sejam tratados por funções ou por centros de custos.

1.1.3.2. Proveitos

Comecemos por analisar o que dizem alguns autores sobre os proveitos.

“Proveitos correspondem aos recursos obtidos ao longo dum exercício, em contrapartida do fornecimento pela empresa de bens e serviços” (FRIÉDÉRICH, Micheline; LANGLOIS, Georges, 2005, Página 85).

À semelhança das contas de custos, “as contas de proveitos são transitórias, ou seja, vão sendo utilizadas para acumular, de acordo com uma dada classificação, os proveitos de determinado tipo durante um certo período. No final desse período são saldadas a fim de se apurar o resultado do exercício. As contas de proveitos, tal como os custos, são classificadas em função daquilo que as originou, portanto são classificadas por natureza.” (SOUSA, António De, 1998, Página 69 e 70).

À semelhança dos custos vamos observar o que a legislação prevê relativamente aos proveitos.

Proveitos ou ganhos

1. Consideram-se proveitos ou ganhos os derivados de operações de qualquer natureza em consequência de uma acção normal ou ocasional, básica ou meramente acessória, e designadamente os resultantes de:

- a) Vendas ou prestações de serviços, descontos bónus e abatimentos, comissões e corretagens;
- b) Rendimentos de imóveis,

- c) Rendimentos de carácter financeiro, tais como juros, dividendos, descontos, ágios, transferências, diferenças de câmbio e prémios de emissão de obrigações;
- d) Rendimentos da propriedade industrial ou outros análogos;
- e) Prestações de serviços de carácter científico ou técnico;
- f) Mais valias realizadas;
- g) Indemnizações auferidas, seja a que título for;
- h) Subsídios ou subvenções de exploração.

(RODRIGUES, José Alves, 2004. Página 325, Artigo 20 do CIRC)

1.1.3.3. Resultados

Antes de verificarmos tecnicamente como são calculados os resultados, deixemos bem claro que “o objectivo principal duma empresa é o lucro” (FRIÉDÉRICH, Micheline; LANGLOIS, Georges, 2005, Página 6).

Não será demais salientar que “Uma empresa é uma organização que agrupa pessoas, meios financeiros e materiais com o objectivo de vender bens e serviços produzidos ou comprados, tendo em vista a realização do lucro” (FRIÉDÉRICH, Micheline; LANGLOIS, Georges, 2005, Página 5).

De uma forma muito simplista o cálculo dos resultados numa empresa é feito da seguinte forma, “uma empresa suporta custos com vista à obtenção de proveitos; custos e proveitos concorrem para a formação do resultado” (BORGES, António ; RODRIGUES, Azevedo ; RODRIGUES, Rogério, 2000, Página 622)

Tecnicamente na contabilidade as contas de resultados estão organizadas por forma a permitir o cálculo de resultados parciais, até atingirmos o resultado final. “A classe de resultados apresenta um conjunto de contas principais com a finalidade de apurar, em etapas sucessivas os diversos tipos de resultados da empresa, de acordo com a sua natureza.” (BORGES, António ; RODRIGUES, Azevedo ; RODRIGUES, Rogério, 2000, Página 736).

Segue-se uma descrição mais detalhada das parcelas que contribuem para o cálculo do resultado. “Resultado é a diferença entre:

- Por um lado, os encargos, incluindo a variação dos stocks de matérias primas, as dotações para amortizações e provisões, etc.

- Por outro, o conjunto dos proveitos, incluindo a variação do stock de produtos acabados e os subsídios à exploração” (LOCHARD, Jean ; Trad: MOREIRA, António, 1992, Página 35).

Finalmente esta diferença pode ser colocada sob a forma de uma fórmula matemática:

“Proveitos - Custos = Resultado”

(FRIÉDÉRICH, Micheline; LANGLOIS, Georges, 2005, Página 85).

1.1.4. Contas

Na contabilidade os movimentos contabilísticos a débito e a crédito são efectuados em contas, “conta é uma classe de valores patrimoniais que apresenta características comuns. Essas características comuns representam a individualidade da conta” (SOUSA, António de, 1998, Página 59).

A conta representa uma classe de valores ou elementos patrimoniais, mas a sua disposição é tal que permite registar todas as variações sofridas por esses elementos. Definimo-la como uma classe de valores patrimoniais com denominação própria e com extensão numérica.

A conta constitui a base de toda a escrituração, dado que é a partir dela que se desenvolve todo o trabalho contabilístico.

Debitar uma conta significa inscrever uma certa quantia no lado do débito. Creditar uma conta é efectuar o registo dum valor no lado do crédito. (BORGES, António ; RODRIGUES, Azevedo ; RODRIGUES, Rogério, 2000, Página 47 a 51).

Analisada a essência da conta, vamos de seguida analisar os seus requisitos.

1.1.4.1. Requisitos

“Qualquer conta deve obedecer aos seguintes requisitos:

- Homogeneidade - cada conta só deve conter elementos com a mesma característica comum.
- Integralidade - uma conta deve conter todos os elementos que apresentam a característica comum que a individualiza.
- Constância - a característica comum que permite fazer a classificação dos valores patrimoniais em contas, logo o fundamento individualizador da conta, deve manter-se

constante pelo menos durante o período de análise” (SOUSA, António de, 1998, Página 59). De seguida podemos verificar que as contas podem ser subdivididas.

1.1.4.2. Subdivisão das contas

“O conjunto de todas as contas está dividido em 10 classes, que são designadas pelos números 1,2,3,4,5,6,7,8,9 e 0. Introduziu-se o 0 em vez de 10 porque sendo um só algarismo torna-se mais fácil o trabalho informático.

Estas contas são por sua vez, subdivididas em contas de 1º grau representadas por um número que vai de 1 a 9, colocado à direita do número da classe. Assim, a conta 12 designa a conta de 1º grau nº 2 da classe 1.

As contas de 1º grau são, por seu turno, subdivididas em contas de 2º grau representadas por um terceiro algarismo de 1 a 9, colocada à direita dos precedentes. Assim, a conta 132 será a conta de 2º grau nº 2, pertencente à conta de 1º grau nº 3, a qual pertence, por sua vez, à classe nº 1.

Ainda, as contas de 2º grau são divididas em contas de 3º grau designados por um quarto algarismo colocado à direita dos três outros e assim sucessivamente.

Por exemplo, a classe nº 6 compreende as contas de 1º grau nº 61,62,63,...,69. Na conta 63 (1º grau) encontramos as contas 631, 632,..., de 2º grau. Na conta 631 (de 2º grau) encontramos as contas 6311, 6312,..., de 3º grau.

Na prática nem sempre o grau de uma conta corresponde a um só dígito. De facto, quando dentro de determinado grau se preveja a existência duma certa quantidade de contas, deverão reservar-se os dígitos necessários para cobertura do número máximo de contas previstas. Assim, uma empresa que tenha, em média, uma centena de clientes, deverá reservar para o código de cliente um número não inferior a 3 dígitos. A estrutura para clientes poderia ser:

Código 211xxx

em que:

classe 2 - Terceiros

conta de 1º grau 21 - clientes

conta de 2º grau 211 - clientes c/c

conta de 3º grau 211001 - cliente nº 001 - Sr. Joaquim

conta de 3º grau 211002 - cliente nº 002 - Sr. Manuel

conta de 3º grau 211xxx - cliente nº xxx - Sr. X”

(BORGES, António ; RODRIGUES, Azevedo ; RODRIGUES, Rogério, 2000, Página 124).

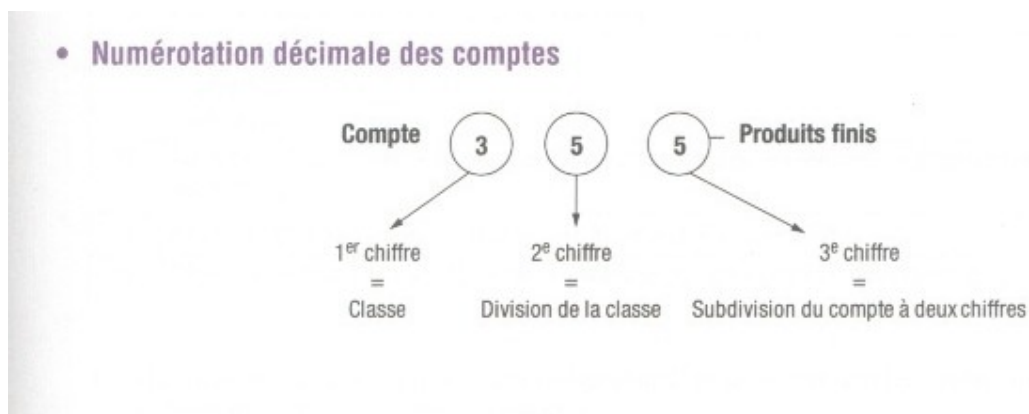


Fig.28 Dígitos das contas

Fonte: FRIÉDÉRICH, Micheline; LANGLOIS, Georges, 2005, Página 93

Uma conta quando é subdividida, não abdica da sua informação parcial existente em cada uma das suas subcontas. A conta passa a ser movimentada nas suas subcontas, mas posteriormente aglutina na conta toda a informação das suas subcontas, ou seja, “os totais a débito e a crédito das diversas subcontas de uma determinada conta que foi subdividida, correspondem aos totais a débito e a crédito dessa conta que foi subdividida” (MELYON, Gérard; NOGUERA, Remédios, 2004, Página 95)

Na tabela sobre os totais das subcontas e saldos das contas, os totais a débito e a crédito das subcontas 21100001, 21100002 e 21100003, correspondem aos totais a débito e a crédito da conta 211 - conta de clientes.

Exemplo¹:

Conta	Descrição	Movimento		Saldo	
		Débito	Crédito	Devedor	Credor
21100001	Pedro	1562450	1325320	237130	0
21100002	Bartolomeu	845000	845000	0	0
21100003	CORPS S.A.	569540	432820	136720	0
211	Total	2976990	2603140	373850	0

¹ O exemplo em causa foi retirado de um livro francês. Para facilitar a compreensão foi traduzido para português. O número das contas utilizado foi convertido do plano de contas francês para o plano de contas português.

Tab.2 Totais das subcontas e saldos das contas
Fonte: MELYON, Gérard; NOGUERA, Remédios, 2004, Página 95

1.1.4.3. Contas do Activo

Verifiquemos como expõem alguns autores o conceito de activo.

“As contas do activo representam os direitos patrimoniais” (MELYON, Gérard; NOGUERA, Remédios, 2004, Página 506).

As contas do activo “compreendem todos os elementos patrimoniais activos, ou seja aqueles com a característica de serem propriedade do titular do património” (BORGES, António ; RODRIGUES, Azevedo ; RODRIGUES, Rogério, 2000, Página 51).

Ou se preferirem utilizando uma notação mais contabilística, contas do activo são aquelas “onde se registam os bens e os créditos da empresa sobre terceiros” (SOUSA, António de, 1998, Página 60).

Para finalizar temos a regra de movimentação das contas que impõe, que “as contas do Activo debitam-se pelos aumentos e creditam-se pelas diminuições” (BORGES, António ; RODRIGUES, Azevedo ; RODRIGUES, Rogério, 2000, Página 60).

1.1.4.4. Contas do Passivo

Comecemos por ver o que representam as contas do passivo, “as contas do passivo representam as obrigações” (MELYON, Gérard; NOGUERA, Remédios, 2004, Página 506), o que compreendem, “compreendem todos os elementos patrimoniais passivos, ou seja, as obrigações pecuniárias que o titular do património terá de satisfazer” (BORGES, António ; RODRIGUES, Azevedo ; RODRIGUES, Rogério, 2000, Página 51) e o que se regista nestas contas, “registam as obrigações, isto é, as dividas ou responsabilidades assumidas pela empresa face a terceiros” (SOUSA, António de, 1998, Página 60).

Relativamente às suas regras de movimentação, “as contas do passivo creditam-se pelos aumentos e debitam-se pelas diminuições” (BORGES, António ; RODRIGUES, Azevedo ; RODRIGUES, Rogério, 2000, Página 60).

1.1.4.5. Contas da situação Liquidada

Relativamente às contas da situação líquida podemos começar por ver o que traduzem, “as contas de situação líquida traduzem a diferença entre o activo e o passivo” (BORGES, António ; RODRIGUES, Azevedo ; RODRIGUES, Rogério, 2000, Página 51). Duma forma simplista é a diferença entre aquilo que a empresa tem, e aquilo que está a dever.

Relativamente à forma como são movimentadas, “As contas de situação líquida adquirida, isto é as contas de resultados debitam-se pelos custos e creditam-se pelos proveitos” (BORGES, António ; RODRIGUES, Azevedo ; RODRIGUES, Rogério, 2000, Página 60).

1.1.4.6. Lançamento

Sempre que é feita uma compra, uma venda, uma qualquer alteração no património da empresa, esse facto deve ficar registado na contabilidade sob a forma de um lançamento. Assim sendo “Lançamento é a notação de qualquer facto patrimonial nos livros de contabilidade” (BORGES, António ; RODRIGUES, Azevedo ; RODRIGUES, Rogério, 2000, Página 62).

Os lançamentos de contabilidade obedecem ao método das partidas dobradas, “o sistema de partidas dobradas é a técnica utilizada para classificar os factos patrimoniais que alteram quantitativa ou qualitativamente o património da empresa. Esta técnica baseia-se no princípio de que uma variação numa conta implica sempre uma variação de sinal contrário noutra ou noutras contas de tal forma que seja idêntico o total, em valor, de variações positivas e negativas nas diversas contas” (SOUSA, António de, 1998, Página 59).

“A utilização do método das partidas dobradas implica que todo o débito numa conta, origina o crédito noutra ou noutras e vice versa, isto é, cada facto patrimonial determina um registo em duas ou mais contas, por forma a que ao valor de cada débito, ou débitos, corresponda sempre um crédito, ou créditos, de igual valor”(BORGES, António ; RODRIGUES, Azevedo ; RODRIGUES, Rogério, 2000, Página 59).

Este método contabilístico é tão perfeito que já persiste desde que foi inventado à mais de quinhentos anos, “o método contabilístico das partidas dobradas (partitia doppia) foi apresentado pela primeira vez em 1494 por Luca Pacioli, monge franciscano, matemático, contemporâneo de Leonardo da Vinci” (MELYON, Gérard; NOGUERA, Remédios, 2004, Página 62).

1.1.5. Livros e Mapas

1.1.5.1. Diário

Os documentos entram na contabilidade e é feita a sua classificação. Na classificação de documentos são definidas quais são as contas a débito, e a crédito, que este documento vai movimentar no diário.

Começamos pelo livro do diário porque é de todos os livros aquele a que informação dos lançamentos ainda não foi agrupada nem trabalhada, aqui a informação encontra-se em estado bruto, tal como um diamante antes de ser delapidado. “O livro Diário servirá para os comerciantes registarem, dia a dia, por ordem de datas, em assento separado, cada um dos seus actos que modifiquem ou possam vir a modificar o seu património” (BORGES, António ; RODRIGUES, Azevedo ; RODRIGUES, Rogério, 2000, Página 71). No fundo o diário é uma listagem de todos os movimentos efectuados.

A informação existente no diário irá servir de base a todos os outros mapas da contabilidade, “o diário constitui o ponto chave da organização contabilística. Este documento tem por objecto, o registo cronológico de todas as operações contabilísticas da empresa, utilizando a técnica das partidas dobradas” (MELYON, Gérard; NOGUERA, Remédios, 2004, Página 88).

1.1.5.2. Razão

A partir da informação existente no diário é construído o razão. “O Razão servirá para escriturar o movimento de todas as operações do Diário, ordenados a débito e a crédito, em relação a cada uma das respectivas contas, para se conhecer o estado e a situação de qualquer delas, sem necessidade de recorrer ao exame de todos os lançamentos do diário” (BORGES, António ; RODRIGUES, Azevedo ; RODRIGUES, Rogério, 2000, Página 71).

“O razão é constituído pelo conjunto das contas utilizadas pela empresa no diário. Com efeito para ser utilizável, todas as operações devem estar transcritas nas respectivas contas. Esse trabalho permite:

- Efectuar reagrupamentos de operações da mesma natureza com o objectivo de os analisar.
- Informar a gerência sobre a posição de todas as contas abertas durante o exercício.

- Preparar a elaboração dos documentos de síntese graças a um documento intermédio chamado balancete” (MELYON, Gérard; NOGUERA, Remédios, 2004, Página 92).

1.1.5.3. Balancete

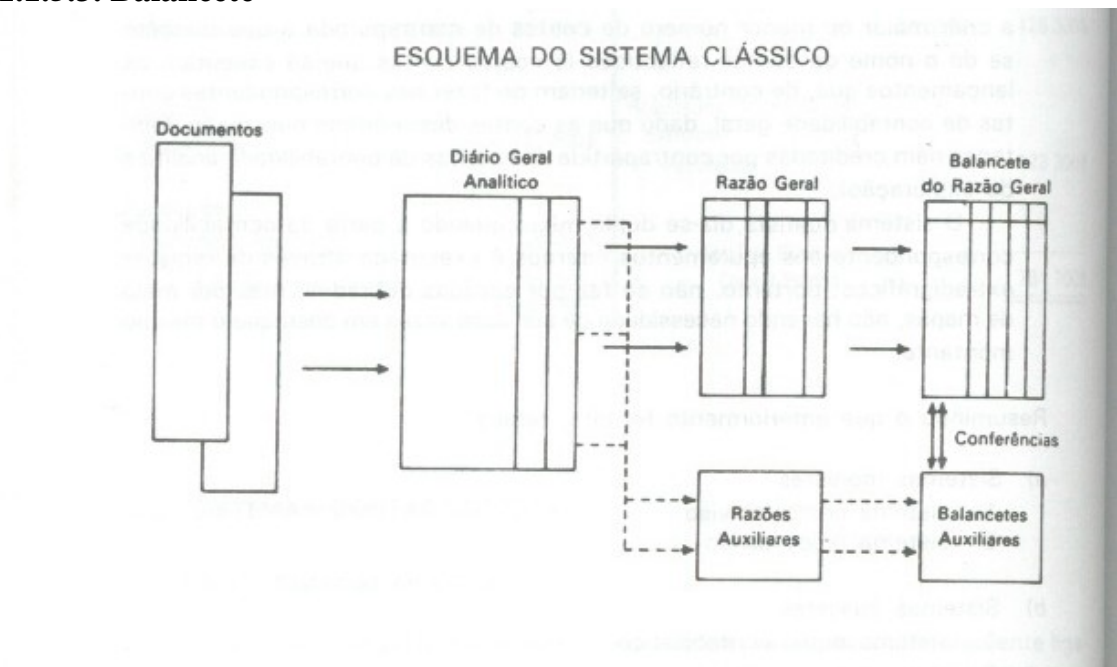


Fig.29 Diário, Razão e Balancete

Fonte: BORGES, António ; RODRIGUES, Azevedo ; RODRIGUES, Rogério, 2000,
Página 88

A partir do razão é possível construir o balancete, o balancete “é um quadro recapitulativo de todas as contas do razão, onde consta a soma do débito e do crédito de cada conta e os respectivos saldos, devedores ou credores” (BORGES, António ; RODRIGUES, Azevedo ; RODRIGUES, Rogério, 2000, Página 82)

A figura denominada de diário, Razão e Balancete apresenta um esquema indicando que a partir dos documentos contabilísticos é construído o diário, a partir do diário é construído o razão, e a partir do razão é construído o balancete.

A figura denominada balancete, balanço e demonstração de resultados, demonstra que o balanço e a demonstração de resultados são elaboradas a partir do balancete.

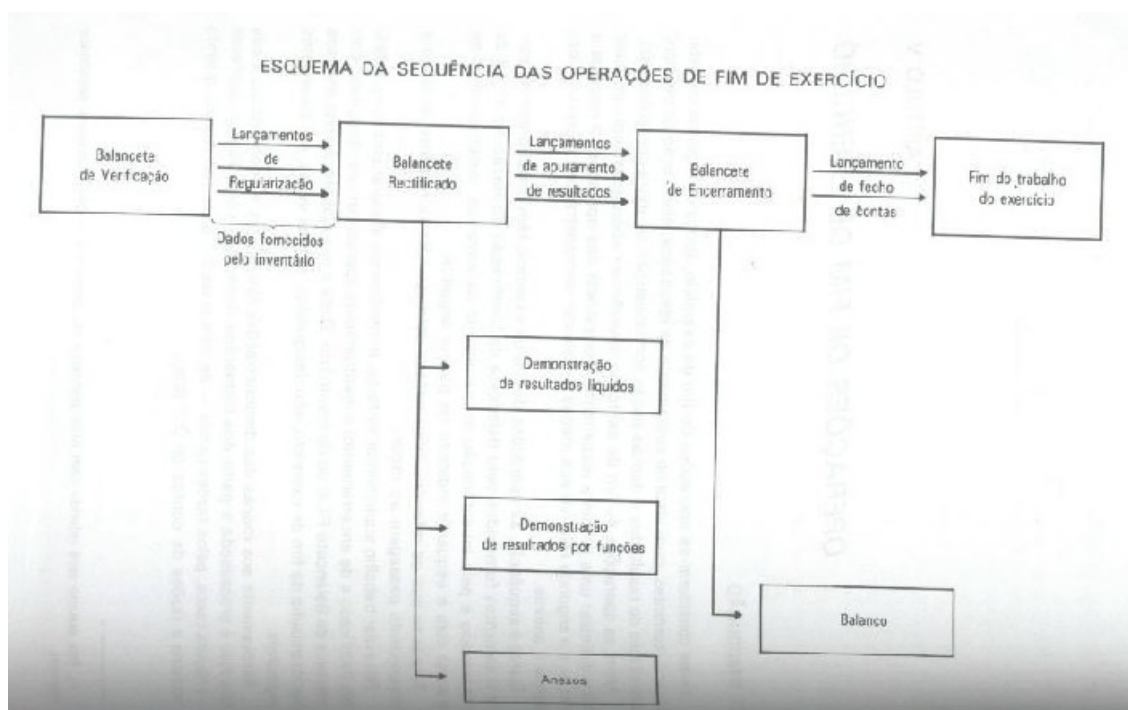


Fig.30 Balancete, Balanço e Demonstração de Resultados

Fonte: (BORGES, António ; RODRIGUES, Azevedo ; RODRIGUES, Rogério, 2000, Página 762)

“Se o balancete não é um documento obrigatório, ele não deixa de ser um documento incontornável, não somente para apresentar os mapas de síntese obrigatórios, mas para tomar decisões de gestão que se impõem ao longo de todo o exercício, com base nos resultados provisórios. Por outro lado o balancete é um instrumento de controle muito importante em matéria de contabilidade.

Com efeito o balancete é um quadro recapitulativo das somas e dos saldos de todas as contas do razão, o que permite verificar que não foi cometido qualquer erro nos procedimentos contabilísticos.

O balancete é uma ferramenta incontornável para a determinação do resultado do exercício e apresentação do balanço. Mas independentemente disso, o balancete, se acompanhado com frequência, facilita o controle, e permite seguir a evolução dos fluxos indispensáveis à gestão da empresa” (MELYON, Gérard; NOGUERA, Remédios, 2004, Página 93 e 94).

1.1.5.4. Balanço

O balanço é como que uma fotografia da empresa tirada num determinado momento, “o balanço é um documento contabilístico que numa determinada data, apresenta os direitos patrimoniais duma empresa (activo) e a origem do financiamento desses direitos (passivo²)” (FRIÉDÉRICH, Micheline; LANGLOIS, Georges, 2005, Página 83).

“O balanço é um documento contabilístico que reflecte o património da empresa numa determinada data discriminando todos os valores activos, todos os valores passivos e relevando a diferença entre o somatório dos valores activos e passivos de forma a identificar o património líquido da empresa.

O balanço é pois um documento estático, é uma “fotografia” do património da empresa.” (SOUSA, António de, 1998, Página 73 e 74).

O balanço reflecte a “situação dos elementos do activo, dos elementos do passivo e da respectiva diferença, correspondente aos capitais próprios. Ou por outras palavras, inventário numérico numa data precisa da situação:

- Por um lado, dos bens, dos meios e dos direitos possuídos pela empresa.
- Por outro lado, das dívidas da empresa, quer perante os seus proprietários, quer perante outros terceiros.

O balanço pode definir-se como sendo a situação dos recursos e das aplicações da empresa, numa data precisa” (LOCHARD, Jean, 1992, Página 19)

A figura denominada de balanço reflecte de uma forma simplista o balanço de uma determinada empresa. Nela podemos constatar a existência do activo e do passivo. Como já referimos os autores franceses incluem a situação líquida dentro do passivo. Assim sendo classificam o passivo em duas partes, passivo interno e passivo externo. Uma vez que a situação líquida está incluída no passivo, é natural que a equação fundamental da contabilidade passe a ser: Activo = Passivo.

² Não será demais relembrar que os autores franceses incluem a situação líquida dentro do passivo

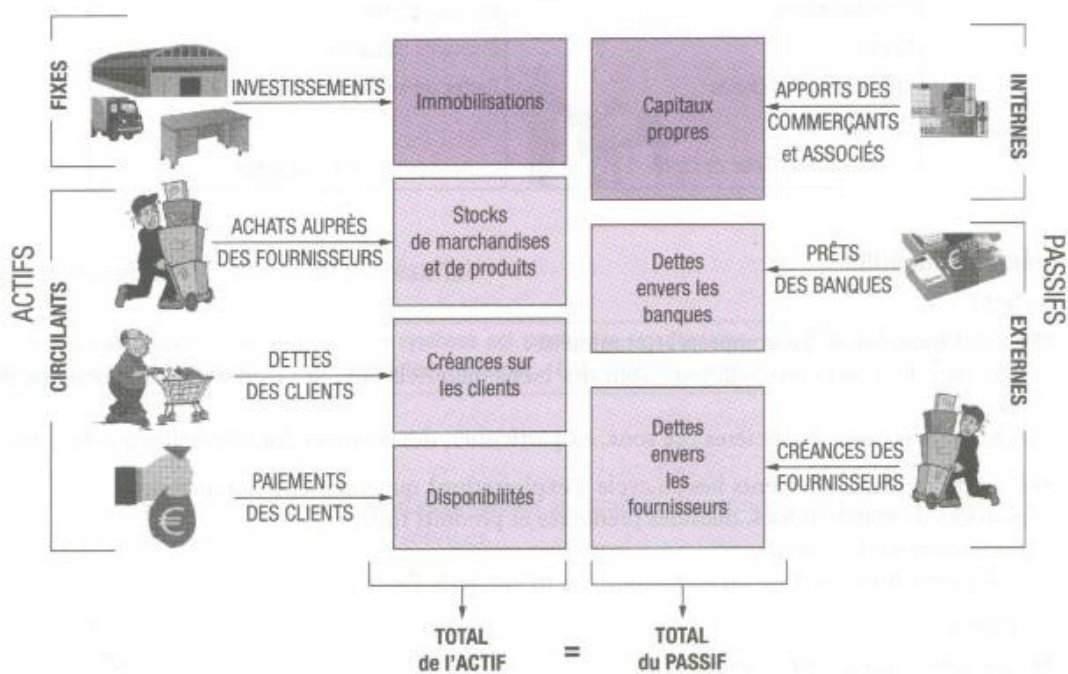


Fig.31 Balanço

Fonte: FRIÉDÉRICH, Micheline; LANGLOIS, Georges, 2005, Página 83

6 - Balanços

Os modelos dos balanços são os seguintes:

Códigos das contas			Exercícios			
CEE (*)	POC		N			N-1
			AB	AP	AL	
		Activo				
		Imobilizado:				
		Imobilizações incorpóreas:				
I		Despesas de instalação.....	X	X	X	X
1	431	Despesas de investigação e de desenvolvimento.....	X	X	X	X
2	432	Propriedade industrial e outros direitos.....	X	X	X	X
3	434	Tréspasses.....	X	X	X	X
4	441/6	Imobilizações em curso.....	X	X	X	X
4	449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas.....	X	X	X	X
		Imobilizações corpóreas:				
II		Terenos e recursos naturais.....	X	X	X	X
1	421	Edifícios e outras construções.....	X	X	X	X
1	422	Equipamento básico.....	X	X	X	X
2	423	Equipamento de transporte.....	X	X	X	X
2	424	Ferramentas e utensílios.....	X	X	X	X
3	425	Equipamento administrativo.....	X	X	X	X
3	426	Taras e vasilhame.....	X	X	X	X
3	427	Outras imobilizações corpóreas.....	X	X	X	X
3	429	Imobilizações em curso.....	X	X	X	X
4	411/6	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas.....	X	X	X	X
4	448		X	X	X	X
		Investimentos financeiros:				
III		Partes de capital em empresas do grupo.....	X	X	X	X
1	4111	Empréstimos a empresas do grupo.....	X	X	X	X
2	4121 + 4131	Partes de capital em empresas associadas.....	X	X	X	X
3	4112	Empréstimos a empresas associadas.....	X	X	X	X
4	4122 + 4132	Títulos e outras aplicações financeiras.....	X	X	X	X
5	4113 + 414 + 415	Outros empréstimos concedidos.....	X	X	X	X
6	4123 + 4133	Imobilizações em curso.....	X	X	X	X
6	441/6	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros.....	X	X	X	X
6	447		X	X	X	X
		Circulante:				
		Existências:				
I		Matérias-primas, subsidiárias e de consumo.....	X	X	X	X
1	36	Produtos e trabalhos em curso.....	X	X	X	X
2	35	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos.....	X	X	X	X
3	34	Produtos acabados e intermediários.....	X	X	X	X
3	33	Mercadorias.....	X	X	X	X
3	32	Adiantamentos por conta de compras.....	X	X	X	X
4	37		X	X	X	X
		Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo (0).....	X	X	X	X
		Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
II		Clientes, c/c.....	X	X	X	X
1	211	Clientes - Títulos a receber.....	X	X	X	X
1	212	Clientes de cobrança duvidosa.....	X	X	X	X
2	218	Empresas do grupo.....	X	X	X	X
1	252	Empresas participadas e participadas.....	X	X	X	X
3	253 + 254	Outros accionistas (sócios).....	X	X	X	X
4	251 + 255	Adiantamentos a fornecedores.....	X	X	X	X
4	229	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado.....	X	X	X	X
4	26 9	Estado e outros entes públicos.....	X	X	X	X
4	24	Outros devedores.....	X	X	X	X
4	262 + 256 + 267 + 268 + 221	Subscritores de capital.....	X	X	X	X
5	264		X	X	X	X
		Títulos negociáveis:				
III		Accções em empresas do grupo.....	X	X	X	X
1	1511	Obrigações e títulos de participação em empresas do grupo.....	X	X	X	X
3	1521	Accções em empresas associadas.....	X	X	X	X
3	1512	Obrigações e títulos de participação em empresas associadas.....	X	X	X	X
3	1522	Outros títulos negociáveis.....	X	X	X	X
3	1513 + 1523 + 153/9	Outras aplicações de tesouraria.....	X	X	X	X
3	18		X	X	X	X
		Depósitos bancários e caixa:				
IV		Depósitos bancários.....	X		X	X
1	12 + 13 + 14	Caixa.....	X		X	X
1	11		X		X	X
		Acréscimos e diferimentos:				
E		Acréscimos e proventos.....	X		X	X
1	271	Custos diferidos.....	X		X	X
1	272		X		X	X
		Total de amortizações.....		X		
		Total de provisões.....		X		
		Total do activo.....	X	X	X	X

Abreviaturas: AB = Activo bruto; AP = Amortizações e provisões acumuladas; AL = Activo líquido.

Fig.32 Balanço - Activo

Fonte: BENTO, José ; MACHADO, José Fernandes, 2003, Página 90

Códigos das contas			Exercícios	
CEE (a)	POC		N	N - 1
Capital próprio e passivo				
Capital próprio:				
A		Capital	+ X	+ X
I	51	Accções (quotas) próprias - Valor nominal	- X	- X
	521	Accções (quotas) próprias - Descontos e Prémios	± X	± X
	522	Prestações suplementares	+ X	+ X
	53	Prémios de emissão de accções (quotas)	+ X	+ X
II	54	Ajustamento de partes de capital em filiais e associadas	± X	± X
III	55	Reservas de reavaliação	+ X	+ X
	56	Reservas:		
IV		Reservas legais	+ X	+ X
IV	571	Reservas estatutárias	+ X	+ X
IV	572	Reservas contratuais	+ X	+ X
IV	573	Outras reservas	+ X	+ X
	574 a 579	Resultados transtados	± X	± X
V	59	Subtotal	± X	± X
VI	88	Resultado líquido do exercício	± X	± X
	89	Dividendos antecipados	- X	- X
		Total do capital próprio	± X	± X
Passivo:				
Provisões para riscos e encargos:				
B		Provisões para pensões	X	X
I	251	Provisões para impostos	X	X
2	252	Outras provisões para riscos e encargos	X	X
3	293/8		X	X
		Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo (b)	X	X
Dívidas a terceiros - Curto prazo:				
Empréstimos por obrigações:				
C		Convertíveis	X	X
I	2321	Não convertíveis	X	X
	2322	Empréstimos por títulos de participação	X	X
I	233	Dívidas a instituições de crédito	X	X
2	231 + 12	Adiantamentos por conta de vendas	X	X
3	269	Fornecedores, c/c	X	X
4	221	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	X	X
4	218	Fornecedores - Títulos a pagar	X	X
5	222	Fornecedores de imobilizado - Títulos e pagar	X	X
5	2612	Empresas do grupo	X	X
6	252	Empresas participadas e participantes	X	X
7	253 + 254	Outros accionistas (sócios)	X	X
8	251 + 255	Adiantamentos de clientes	X	X
8	219	Outros empréstimos obtidos	X	X
8	239	Fornecedores de imobilizado, c/c	X	X
8	2611	Estado e outros entes públicos	X	X
8	24	Outros credores	X	X
	262 + 263 + 264 + 265 + + 267 + 268 + 211		X	X
Acréscimos e diferimentos:				
D		Acréscimos de custos	X	X
	273	Provetos ciferidos	X	X
	274		X	X
		Total do passivo	X	X
		Total do capital própria e do passivo	X	X

(a) Em conformidade com o art.º 9.º da 4.ª Directiva da CEE.
 (b) A desenvolver, segundo as relações existentes no curto prazo, atendendo às previsões de cobrança ou exigibilidade da dívida ou de parte dela a 31 de Dezembro de um ano.

Fig.33 Balanço - Passivo

Fonte: BENTO, José ; MACHADO, José Fernandes, 2003, Página 90

Terminamos o balanço com informação sobre a função do balanço e a forma como é calculado. “A função do balanço é dar uma imagem fiel do património e permitir determinar a situação líquida da empresa. O balanço é calculado a partir dos saldos das contas do balancete, depois do inventário e depois das escrituras de determinação dos resultados” (MELYON, Gérard; NOGUERA, Remédios, 2004, Página 506).

1.1.5.5. Demonstração de Resultados

“A demonstração de resultados é um documento de síntese que expõe os custos e proveitos resultantes das operações ocorridas num determinado período de tempo, o exercício contabilístico” (FRIÉDÉRICH, Micheline; LANGLOIS, Georges, 2005, Página 85).

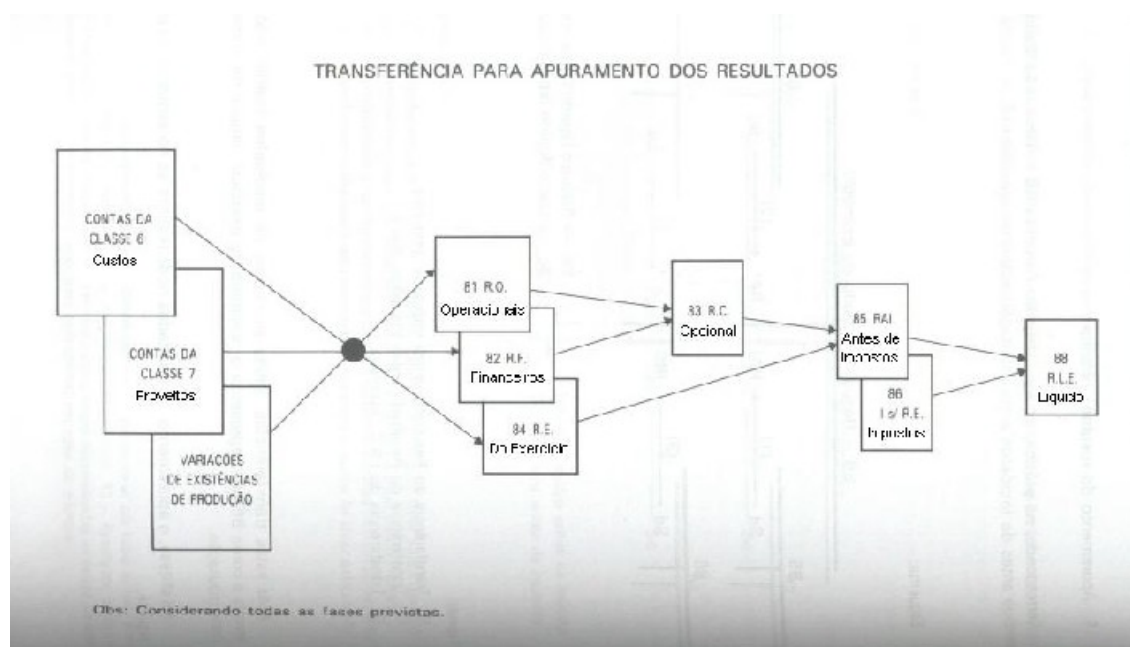


Fig.34 Apuramento dos resultados

Fonte: BORGES, António ; RODRIGUES, Azevedo ; RODRIGUES, Rogério, 2000,
Página 770

“A demonstração de resultados é o documento contabilístico que nos dá indicação de como foram obtidos os resultados da empresa num determinado período. Na demonstração de resultados listam-se classificados por natureza, os custos e os proveitos gerados pela empresa num determinado exercício e revela-se pela diferença

entre os somatórios de ambos, qual o resultado obtido pela empresa no período em análise” (SOUSA, António de, 1998, Página 60).

À semelhança do balanço, a demonstração de resultados também é construída com base nos saldos das contas dos balancetes. Como podemos ver na figura denominada de apuramento dos resultados, o apuramento de resultados começa por ser feito com base nos saldos das contas da classe 6, de custos, e da classe 7, de proveitos. Saldadas as contas da classe 6 e 7, utilizamos os saldos das contas da classe 8 para calcular os resultados. Todos estes saldos destas contas são retirados dos balancetes.

Demonstração dos resultados por naturezas

(Artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 410/89)

Códigos das contas			Exercícios			
CEE	POC		N		N - 1	
		Custos e perdas				
2. a)	61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	X		X	
2. b)	62	Forrecimentos e serviços externos.....	X	X	X	X
3		Custos com o pessoal:				
3. a)	541 + 642	Remunerações	X		X	
3. b)	543 + 648	Encargos sociais (1).....	X	X	X	X
4. a)	66	Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	X		X	
4. b)	67	Provisões	X	X	X	X
5	63	Impostos	X		X	
5	65	Outros custos e perdas operacionais	X	X	X	X
		(A)		X		X
6	583 + 684	Amortizações e provisões de aplicações e investimentos financeiros	X		X	
7	(2)	Juros e custos similares.....	X	X	X	X
		(C)		X		X
10	69	Custos e perdas extraordinários.....		X		X
		(E)		X		X
8 - 11	86	Imposto sobre o rendimento do exercício.....		X		X
		(G)		X		X
13	88	Resultado líquido do exercício.....		± X		± X
				X		X
		Proveitos e ganhos				
1	71 + 72	Vendas e prestações de serviços.....		X		X
2	(3)	Varição da produção		± X		± X
3	75	Trabalhos para a própria empresa.....		X		X
4	74	Subsídios à exploração.....	X		X	
4	73 + 76	Outros proveitos e ganhos operacionais	X	X	X	X
		(B)		X		X
5	784	Rendimentos de participações de capital.....	X		X	
6	(4)	Rendimentos de títulos negociáveis e de outras aplicações financeiras.....	X		X	
7	(5)	Outros juros e proveitos similares	X	X	X	X
		(D)		X		X
9	79	Proveitos e ganhos extraordinários.....		X		X
		(F)		X		X
Resumo						
Resultados operacionais: (B) - (A) =			X		X	
Resultados financeiros: (D - E) - (C - A) =			X		X	
Resultados correntes: (D) - (C) =			X		X	
Resultados antes de impostos: (F) - (E) =			X		X	
Resultado líquido do exercício: (F) - (G) =			X		X	

(1) Evidenciar os custos de «Pensões», quando for o caso; (2) 68 + 685 + 686 + 687 + 688; (3) Diferença algébrica entre as existências finais e iniciais de «produtos acabados e intermédios» (C/13), «subprodutos, desperdícios, resíduos e refulosa» (C/34) e «produtos e trabalhos em curso» (C/35), tomando ainda em consideração o movimento registado em «regularização de existências» (C/38); (4) 781 + 7815 + 7816 + 783; (5) 781 + 7813 + 7814 + 7818 + 785 + 786 + 787 + 789.

Fig.35 Demonstração de Resultados

Fonte: POC

1.2. Contabilidade Analítica

Para aqueles que não são contabilistas, por vezes surgem algumas dúvidas sobre o que distingue a contabilidade geral da contabilidade analítica. Temos de seguida uma tabela de comparação entre a contabilidade geral e a contabilidade analítica.

Contabilidade Geral	Contabilidade Analítica
Observa objectivamente o valor dos fluxos externos (físicos e monetários)	Calcula aproximadamente o valor dos fluxos internos (fluxos físicos)
Fornecer uma informação global sobre os custos e os resultados da empresa	Fornecer uma informação analítica sobre os custos e os resultados: - Classificados por divisões - Classificados por produtos
Elabora a conta de resultados e de balanço pelo menos uma vez por ano	Analisa os custos e os resultados uma vez por mês

Tab.3 Contabilidade geral e analítica

Fonte: FRIÉDÉRICH, Micheline; LANGLOIS, Georges, 2005, Página 191

“A contabilidade analítica é a parte da contabilidade que consiste em determinar por ramos de actividade, por produtos, por serviços, por clientes ou por outros elementos, o montante das vendas, dos custos e do lucro ou prejuízo por cada elemento” (Charles Brunet - Técnica de Contabilidade Analítica de Exploração).

Para terminar esta parte sobre a contabilidade analítica temos uma constatação e uma crítica.

A constatação afirma que actualmente ainda são poucas as empresas em Portugal que dispõem dum sistema de contabilidade analítica. “São ainda grandes as carências das empresas portuguesas no campo da contabilidade analítica” (PEREIRA, Carlos Alberto Caiano; FRANCO, Victor Domingos Seabra, 1989, Nota Prévía).

A crítica, como todas as críticas nesta área são feitas de uma forma muito suave. Depois de criticar a contabilidade geral, o autor propõem a utilização da contabilidade analítica. “As informações possibilitadas pela contabilidade geral são manifestamente insuficientes para gerir as empresas. Aos gestores, pouco lhes adianta saber o lucro anual e global da empresa se não tiverem, ao longo do ano, periodicamente, uma visão

tão exacta quanto possível da forma como os seus serviços e actividades vêm contribuindo para esses resultados globais.

A contabilidade analítica constitui um sistema de informação que tem em vista a medida e análise dos custos, proveitos e resultados relacionados com os diversos objectivos prosseguidos pelas organizações. Saliente-se que o seu objecto são os custos, proveitos e resultados das organizações que determina e analisa, não de uma forma globalizante como acontece na contabilidade geral mas sim de forma analítica e de acordo com as necessidades da gestão da organização em causa.

Uma organização decompõe-se em segmentos organizacionais, em que relativamente a cada um deles são definidas funções a desempenhar e objectivos a atingir. Cada um daqueles segmentos organizacionais é comandado por um responsável, que motiva e coordena o grupo humano que o compõe com vista à prosocução dos objectivos definidos. Aquele responde perante uma autoridade superior quanto à forma como o segmento que comanda prosseguiu os objectivos assinalados. O funcionamento daqueles segmentos organizacionais implica custos que devem ser determinados e comparados com os benefícios proporcionados à organização. Compete pois à contabilidade analítica determinar, analisar e reportar aos interessados os custos ocasionados pelo funcionamento dos diversos órgãos em que a organização se decompõe.

Há pois a necessidade de determinar os custos e também os proveitos e resultados associados a cada uma das actividades que desenvolve, analisá-los e reportá-los aos gestores respectivos.

Na contabilidade geral os custos são apurados por natureza, despesas com pessoal, serviços, fornecimentos de terceiros, etc. e não da forma que mais interessa para efeitos de gestão da empresa. assim a demonstrações de resultados nada nos dizem, por exemplo quanto aos resultados dos diversos produtos” (PEREIRA, Carlos Alberto Caiano; FRANCO, Victor Domingos Seabra, 1989, Página 7 a 11).

Gostaria de salientar, que já tive oportunidade de trabalhar em duas multinacionais estrangeiras a laborar em Portugal, e que ambas subdividem de tal forma as contas dos custos e proveitos de mercadorias, que lhes é possível conhecer, através da contabilidade geral, os resultados³ por produto. No entanto reconheço que estes

³ Devido às limitações impostas pelo plano de contas, estes resultados são apurados apenas pela diferença entre o preço de custo e o preço de venda da mercadoria.

exemplos são casos raríssimos em Portugal. A maioria das pequenas empresas em Portugal, desconhece com objectividade, qual foi a sua rentabilidade por produto.

Voltamos a frisar que a contabilidade analítica não existe em muitas empresas portuguesas, “A contabilidade analítica, que não existe em muitas empresas, ocupa-se fundamentalmente da medida e da análise dos custos e dos proveitos, tendo pois por objectivo os aspectos económicos da gestão” (PEREIRA, Carlos Alberto Caiano; FRANCO, Victor Domingos Seabra, 1989, Página 21)

“A contabilidade analítica permite determinar, por segmentos de negócio, produto, área geográfica ou departamento, conforme o interesse da empresa, os diferentes contributos para os resultados globais da empresa, pelo que se assume de grande importância, quando se pretende conseguir um nível de gestão mais rigoroso.

A contabilidade analítica é, normalmente, organizada por centros de custo ou centros de resultados, correspondendo estes a unidades operacionais da empresa. Relativamente a cada centro de custo são apurados os proveitos por eles gerados, mesmo que o centro em questão forneça o produto ou serviço a uma outra unidade da própria empresa. Da mesma forma são apurados, relativamente a esse centro de custo, todos os custos implicados na geração do proveito podendo assim apurar-se o respectivo resultado. Conforme os resultados apurados em cada centro de custo podemos avaliar da sua eficácia, se os resultados gerados forem positivos ou da sua ineficácia no caso contrário. O custo de produção de um produto ou da prestação de um serviço é constituído por custos:

- Directos - custos exclusivamente envolvidos no fabrico daquele produto. Ex: matéria-prima.
- Indirectos - custos indirectamente relacionados com os produtos ou serviços, que deverão ser repartidos, segundo critérios adequados por todos os produtos ou serviços disponibilizados pela empresa. Ex: rendas das instalações” (COSTA, Horácio; RIBEIRO, Pedro Correia, 1998, Página 130 a 132)

Índice

1. Contabilidade	1
1.1. Contabilidade Geral	1
1.1.1. Princípios Contabilísticos	2
1.1.2. Activo, Passivo e Situação Líquida	3
1.1.2.1. Activo.....	3
1.1.2.2. Passivo	5
1.1.2.3. Situação Líquida	6
1.1.2.4. Equação fundamental da contabilidade	7
1.1.3. Custos, Proveitos e Resultados	7
1.1.3.1. Custos.....	7
1.1.3.2. Proveitos	9
1.1.3.3. Resultados.....	10
1.1.4. Contas	11
1.1.4.1. Requisitos.....	11
1.1.4.2. Subdivisão das contas	12
1.1.4.3. Contas do Activo	14
1.1.4.4. Contas do Passivo	14
1.1.4.5. Contas da situação Líquida.....	14
1.1.4.6. Lançamento.....	15
1.1.5. Livros e Mapas.....	16
1.1.5.1. Diário	16
1.1.5.2. Razão	16
1.1.5.3. Balancete.....	17
1.1.5.4. Balanço	18
1.1.5.5. Demonstração de Resultados	23
1.2. Contabilidade Analítica	26

This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.